



RELATÓRIO

CONTROLE INTERNO

JANEIRO A MARÇO/2021

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS**

RUA DR. ORLANDO GONÇALVES, 231
Parque das Palmeiras /
ANGRA DOS REIS-RJ

TELEFONE: (24) 3365-5388

EMAIL:
ips.coc@angra.rj.gov.br

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETORA-PRESIDENTE

Luciane Pereira Rabha

ASSESSORA ADMINISTRATIVA

Márcia Lima

ASSISTENTE DE GABINETE

Ivete Lyra

PROCURADOR-CHEFE

Luís Gustavo Marques

DIRETORA DE BENEFÍCIOS E SEGURADOS

Luizélia Gomes

COORDENADORA DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

Celi de Oliveira Chaves

DIRETORA DE CONTROLE INTERNO

Edenilze A F Dias

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO, FINANCEIRO E PREVIDENCIÁRIO

Cláudia Maia

COORDENADORA DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA - COMPREV

Ivete Costa

COORDENADOR DE ALMOXARIFADO E BENS PATRIMONIAIS

Amadeu Damião Gonçalves

DIRETOR FINANCEIRO E DE TESOUREARIA

Jediael Souza Estoduto

COORDENADOR DE CONTABILIDADE

José Francisco da Costa

SUMÁRIO

DIRETORIA EXECUTIVA	2
INTRODUÇÃO	4
ÁREAS ANALISADAS - BENEFÍCIOS E SEGURADOS	5
FOLHA DE PAGAMENTO	7
INVESTIMENTOS & META ATUARIAL	7
JURÍDICA	11
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	11
TRANSPARÊNCIA	11
ANÁLISE DE ADESÃO AO PROGRAMA PRÓ – GESTÃO	11
RECOMENDAÇÕES	13
CONCLUSÃO	14

INTRODUÇÃO

O presente relatório foi elaborado por esta Diretoria de Controle Interno, criado e regido pela Lei Municipal nº 2.074/08, a partir de 1º de janeiro de 2009, com o fito de análise do período compreendido de **Janeiro a Março de 2021**.

A realização deste trabalho, considerando o escopo de atuação desta Unidade de Controle Interno, baseou-se nos procedimentos e técnicas de controle compreendendo o exame dos documentos, a observação física de bens, comparativos entre previsão e execução, entrevista com servidores, Diretores previdenciário, administrativo e ordenador de despesa, além da análise de ambiente, com vistas a formar opinião sobre a suficiência ou inadequação dos controles existentes, bem como a conformidade com os requisitos estabelecidos no manual do PRÓ-GESTÃO.

O trabalho do Controle Interno é de assegurar o alcance dos objetivos, por meio da identificação dos possíveis riscos que possam ameaçar a boa prática de gestão dos processos, tais como cumprimento de prazos, leis e regulamentos etc., com o intuito de geração de melhoria contínua dos processos organizacionais.



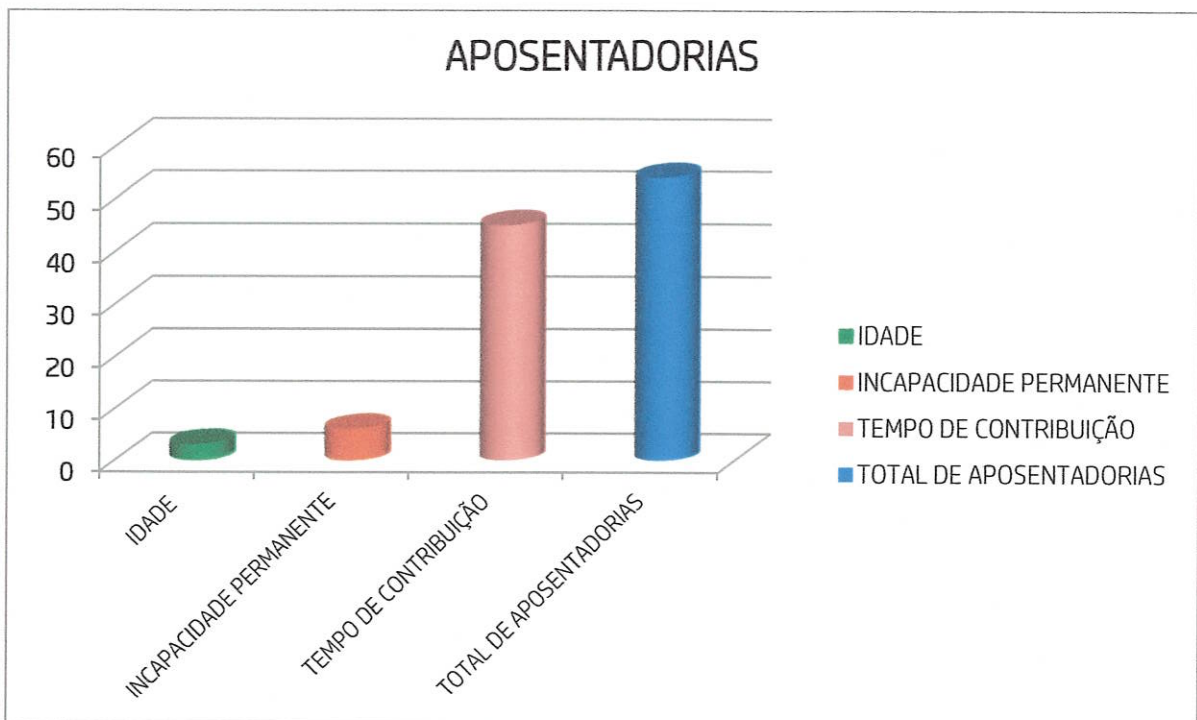
ÁREAS ANALISADAS

As áreas analisadas foram escolhidas com base na aderência pretendida do PRÓ- GESTÃO, a fim de verificar as conformidades e gerações de informações gerenciais para tomada de decisão dos gestores do Instituto baseado nos documentos disponíveis e nas rotinas de execução das áreas escolhidas.

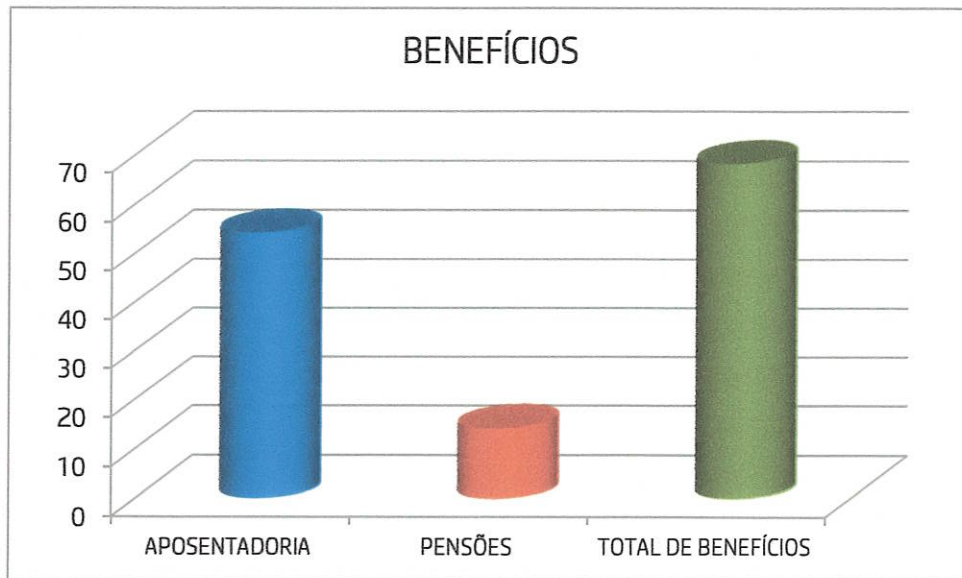
BENEFÍCIOS E SEGURADOS

Foram concedidas **54 Aposentadorias**, sendo **45** por **Tempo de Contribuição**, **06** por **Incapacidade Permanente** e **03** por **Idade**, bem como **14 Pensões**, perfazendo um total de **68 BENEFÍCIOS**.

APOSENTADORIAS	
QUANT	TIPO
3	IDADE
6	INCAPACIDADE PERMANENTE
45	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO
54	TOTAL



BENEFÍCIOS	
QUANT	TIPO
54	APOSENTADORIAS
14	PENSÕES
68	TOTAL CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS



Em análise aos processos de concessão de benefícios, observou-se que as informações guardam paridade sob os aspectos formais quanto à legislação vigente para a referida concessão.

Utilizando da técnica de amostragem esta unidade de controle considerou uma amostra de 25% (vinte e cinco por cento) para análise dos processos tanto para concessão de aposentadorias quanto para pensões, sendo assim, foram analisados ao todo 17(dezessete) processos.

Os processos foram escolhidos aleatoriamente a fim de verificar as conformidades no que tange aos enquadramentos dos benefícios concedidas com as legislações vigentes.

Em análise aos processos, verificou-se que as concessões obedeceram as formalizações quanto à legislação, bem como com suas devidas assinaturas, publicações de portarias, e envio dos processos ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

FOLHA DE PAGAMENTO

No que tange às folhas de pagamento dos benefícios de aposentadorias e pensões foram disponibilizadas as seguintes informações no trimestre:

TIPO	JANEIRO R\$	FEVEREIRO R\$	MARÇO R\$
APOSENTADORIA PMAR	7.420.686,22	7.461.059,92	7.610.326,91
PENSIONISTA PMAR	1.083.871,25	1.012.509,84	1.006.284,92
APOSENTADORIA CMAR	40.431,86	38.394,79	30.345,06
PENSIONISTA CMAR	47.398,54	47.398,54	47.398,54
Total	8.592.387,87	8.559.363,09	8.694.355,43

Ademais, em análise dos processos de pagamentos supracitados, não foi vislumbrado qualquer tipo de erro ou ocorrência que desabonasse a condução do processo desde a abertura até o pagamento.

Em entrevista com o gestor responsável da Área de Benefícios e Segurados fomos informados que apesar de constar mapeamento do trâmite dos processos, os mesmos não foram divulgados no âmbito do instituto. E questionado quanto a existência de uma manualização das rotinas administrativas do setor, verificou-se que ainda não existe uma manualização formal para a área.

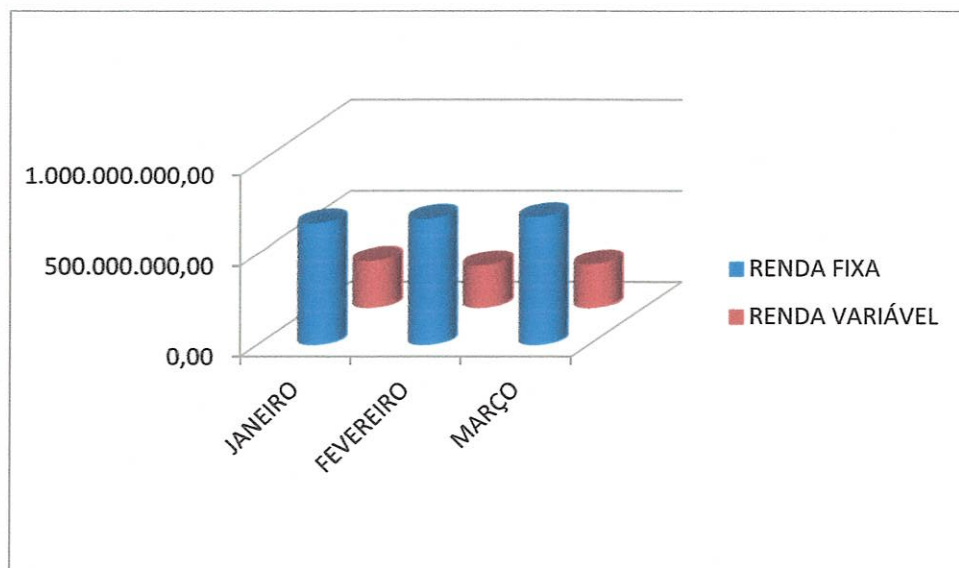
INVESTIMENTOS E META ATUARIAL

Os investimentos guardam paridade no que tange ao enquadramento da determinação da SPREV segundo a Lei 402/08.

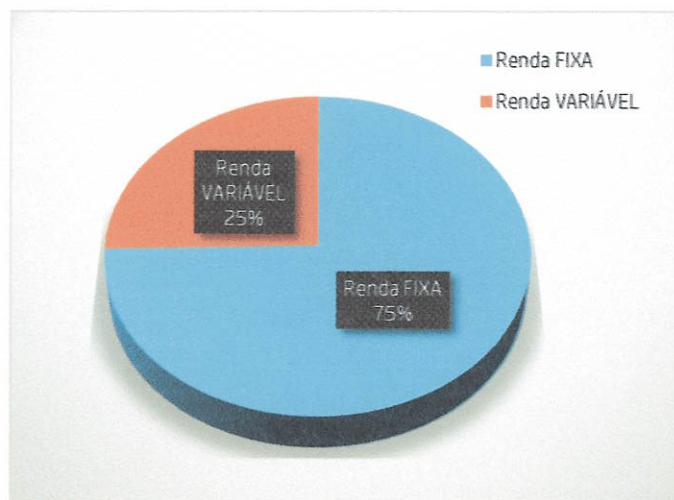
A fim de demonstrar de forma sintética as aplicações foram disponibilizadas conforme planilhas abaixo segregadas em carteira de rendimentos Fixa e Variável. Os quadros analíticos encontram-se no portal da transparência, onde são discriminados cada fundo de investimento e suas assets.

Foi observado que as aplicações dos fundos fixos e variáveis de investimentos, para o ano de 2021, guardam paridade com os limites estabelecidos na Resolução nº 3.922/2010 do Conselho Monetário Nacional.

MÊS	RENDA FIXA R\$	RENDA VARIÁVEL R\$
JANEIRO	669.575.374,47	258.590.037,28
FEVEREIRO	695.247.905,03	233.570.601,50
MARÇO	703.653.884,49	239.207.670,62



APLICAÇÃO	RENDA FIXA %	RENDA VARIÁVEL %
1º TRIMESTRE	74,63	25,37



META ATUARIAL no período	3,28%
RETORNO	-0,40%

Em análise às atas do comitê de investimentos, verificamos que as informações confrontadas aos quadros dos relatórios de investimentos disponibilizados no site da empresa de consultoria Crédito e Mercado, guardam paridade no que tange aos enquadramentos dos investimentos junto a Resolução 3.922/2010 e Política de Investimento aprovada para o exercício vigente.

Cumpre Informar que foi disponibilizada a Política de Investimentos para o ano de 2021 elaborada pelo Comitê de Investimentos, e aprovada pelo Conselho Deliberativo, conforme demonstrada no portal da transparência.

Quanto aos Resgates e Aplicações que são efetuadas por meio das APRs, que é o Formulário padrão para a movimentação junto as instituições financeiras, verificamos que as autorizações constam em ata, bem como as mesmas estão devidamente assinadas e se encontram no portal da transparência. Além de guardarem paridade com os dispositivos das Portarias MPS 519/2011 e 170/2012.

Ainda sobre as APRs, após análises, verificou-se que no trimestre as aplicações dos meses de janeiro, fevereiro e março totalizou o montante de R\$ 77.978.334,19 (setenta e sete milhões, novecentos e setenta e oito mil, trezentos e trinta e quatro reais, e dezenove centavos), e os resgates em R\$ 57.212.365,23 (cinquenta e sete milhões, duzentos e doze mil, trezentos e sessenta e cinco reais, e vinte e três centavos). Estas movimentações foram aprovadas e devidamente assinadas.

Em relação a meta atuarial no período, apesar de haver um avanço em relação ao trimestre anterior, pudemos verificar ainda não foi atingido a meta conforme o quadro disponibilizado acima. Sendo um dos fatores para o não atingimento a pandemia mundial que desacelerou o mercado financeiro conforme informações retiradas dos relatórios da empresa de consultoria disponibilizados pelo Setor Responsável.

Ademais, foi verificado que os membros do Comitê de investimentos estão com suas certificações em dia.

Nessa mesma esteira, foram analisados os documentos das instituições financeiras credenciadas apresentadas pelo setor responsável conforme tabela abaixo, e não vislumbramos qualquer tipo de óbice nas documentações .

RELAÇÃO DAS ENTIDADES DE INVESTIMENTOS CREDENCIADAS	
MIRAE ASSET	09.095.455/0001-02
BANCO BNP PARIBAS BRASIL AS	01.522.368/0001-82
SANTANDER SECURITIES SERVICES BRASIL DTVM AS	62.318.407/0001-19
ATINA AGENTES AUTONOMOS DE INVESTIMENTOS LTDA	40.171.197/0001-46
GF GESTÃO DE RECURSOS LTDA	09.630.188/0001-26
SCHRODER INVESTMENT MANAGEMENT BRASIL LTDA	92.886.662/0001-29
BEM DTVM LTDA	00.066.670/0001-00

BRAM BRADESCO ASSET MANAGEMENT DTVM SA	62.375.134/0001-98
GERENCIAMENTO DE ATIVOS DO XP VISTA	16.789.525/0001-98
INTRAG DTVM LTDA	62.418.140/0001-31
CONSTÂNCIA INVESTIMENTOS	10.626.543/0001-72
BANCO BRADESCO SA	60.746.948/0001-12
P R IVATI ZA AG E NTES AUTONOMOS DE I NVESTIMENTOS	00.840.515 / 0001-08
GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S / A	27.652.684/0001-62
AZ QUEST INVESTIMENTOS	04.506.394 / 0001-05
BANCO SANTANDER SA	90.400.888 /0001-42
OCCAM BRASIL GESTÃO DE RECURSOS LTDA	27.916.161 / 0001-86
META ASSET MANAGEMENT LTDA.	06.088.907 / 0001-30
ZION GESTÃO DE RECURSOS LTDA	97.543.940 / 0001-69
PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA	67.030.395 / 0001-46
RIO BRAVO INVESTIMENTOS LTDA	03.864.607 /0001-08
BRPP GESTAO DE PRODUTOS ESTRUTURADOS LTDA	22.119.959 /0001-83
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM SA	30.822.936 /0001-69
BTG PACTUAL SERVIÇOS FTNANCETROS SA DTVM	59.281.253 /0001-23
BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT SA DTVM	29.650.082 /0001-00
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	00.360.305 /0001-04
ITAU UNIBANCO	60.701.190 /0001-04
OUELUZ GESTAO DE RECURSOS FINACEIROS LTDA	07.250.864 /0001-00
SULAMÉRICAINVESTIMENTOS GESTORA DE RECURSOS AS	21.813.291 /0001-07
PERFORME AGENTE AUTÔNOMO DE INVESTIMENTOS	10.819.611 /0001-10
RJI CORRETORA DE VALORES IMOBILIARIOS LTDA	42.066.258 /0001-11
ATHENA CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA	19.195.480 / 0001-11
GESTÃO DE ATIVOS INFINITY	03.403.181 / 0001-95
ICATU VANGUARDA GESTAO DE RECURSOS LTDA	68.622.174 / 0001-20
BANCO DAYCOVAL	62.232.889 / 0001-90
LEGATUS GESTORA DE RECURSOS FINANCEIROS LTDA	20.445.967 / 0001-94
GRID AGENTE AUTONOMO DE INVESTIMENTOS LTDA	17.203.539 / 0001-40
SANTANDER BRASIL GESTÃO DE RECURSOS LTDA	10.231.177/ 0001-52
MULTINVEST CAPITAL ADM DE RECURSOS LTDA	12.564.465 / 0001-54

O Setor responsável, disponibilizou os relatórios analíticos de investimentos dos meses de janeiro, fevereiro e março, onde é demonstrado a situação financeiras dos fundos no que tange aos enquadramentos , rentabilidades e riscos. Os relatórios foram devidamente apreciados e aprovados pelo Comitê de Investimentos, Conselho Fiscal e Conselho de Administração.

Cumprir informar que as informações e os acessos ao site da empresa de consultoria foram disponibilizados pelo setor responsável conforme solicitação em entrevista.

Por fim, os demonstrativos da DPIN - Demonstrativo da Polítoca de Investimentos e o DAIR – Demonstrativo de Aplicações e Investimentos do Recursos, encontram-se devidamente lançados junto ao Sistema da Secretaria de Previdencia - CADPREV.

JURÍDICA

Após a criação do cargo de Procurador-Chefe do Instituto, em 09/02/2021, verificou-se uma celeridade em relação ao andamento dos processos.

Ao final do trimestre, observou-se que as Manifestações Jurídicas, Decretos e Minutas foram respondidos e/ou encaminhados dentro do prazo, para que as providências cabíveis dos Órgãos competentes sejam tomadas.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Está sendo elaborada uma Política de Segurança da Informação e o Manual de Procedimentos na área está sendo feito em conjunto com a área de TI da Prefeitura.

TRANSPARÊNCIA

O ANGRAPREV tem buscado assegurar a atualização do site www.angra.rj.gov.br/angraprev onde são expostas as atividades desenvolvidas, dentre as quais: Balanços, Balancetes, Política de Investimentos, Atas dos Conselhos de Administração, Fiscal e Investimento, Relatório de Risco de Mercado, Legislação e outras informações que venham fomentar e facilitar a vida dos servidores ativos e inativos, respeitando assim os princípios da administração pública.

ANÁLISE DE ADESÃO AO PROGRAMA PRÓ – GESTÃO

Em determinação à adesão ao Programa Pró-Gestão, para fins de certificação em determinado nível desejável deve ser analisado se o Instituto atingiu as 24 (vinte e quatro) ações avaliadas.

Para verificar essas ações, foi instituído um check-list para verificar quais ações estão em conformidade com o que determina o manual do Pró-Gestão

<u>ANÁLISE DOS REQUISITOS PARA</u> <u>ADESÃO AO PRÓ - GESTÃO</u>		CONTEMPLAÇÃO	
		REQUISITO	
		SIM	NÃO
AÇÕES	CONTROLE INTERNO		
1	Mapeamento das atividades das áreas de atuação do RPPS	X	
2	Manualização das atividades das áreas de atuação do RPPS		X
3	Capacitação e Certificação dos Gestores e servidores das áreas de risco	X	
4	Estrutura de Controle Interno	X	
5	Política de Segurança da Informação		X
6	Gestão e Controle da base de dados cadastrais dos servidores ativos, aposentados e pensionistas		X
	GOVERNANÇA CORPORATIVA		
7	Relatório de Governança Corporativa		X
8	Planejamento		X
9	Relatório de Gestão Atuarial	X	
10	Código de Ética da Instituição		X
11	Políticas Previdenciárias de Saúde e Segurança do Servidor		X
12	Política de Investimentos.	X	
13	Comitê de Investimentos	X	
14	Transparência	X	
15	Definição de limites de alçadas	X	
16	Segregação das atividades	X	
17	Ouvidoria	X	
18	Diretoria Executiva	X	
19	Conselho Fiscal	X	
20	Conselho Deliberativo	X	
21	Mandato, representação e recondução	X	
22	Gestão de Pessoas	X	
	EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA		
23	Plano de Ação de Capacitação		X
24	Ações de diálogo com segurados e a sociedade		X

Em análise ao Check-list, verificou-se que das 24 (vinte e quatro) ações, o Instituto contempla 15 (quinze) ações que equivalem a 63%.

Dessa forma, o Instituto necessita atingir pelo menos mais 02(duas) ações para atingir os 70% que o enquadra no Nível I, ou 04(quatro) ações que o credencia para o atingimento de 79% que o enquadra ao nível II.

RECOMENDAÇÕES:

1 – Atualmente a estrutura de controle interno é composta por uma servidora, fato que está de acordo com a aderência ao Nível I. Caso seja remanejado um servidor capacitado para atuar junto à Diretoria de Controle Interno, esta ação atenderá a necessidade de adesão ao Nível II do **Programa Pró-Gestão**.

Ainda sobre as ações dos Controles Internos no **item 02** é necessário manualizar pelo menos as áreas que serão objeto de análise para adesão ao Pro-Gestão. Ou seja, Benefícios e Folha de Pagamento para o nível I e, caso seja escolhido o nível II deverá ser acrescentado Investimentos e Tecnologia da Informação.

Cumprir informar que, para atendimento dos **itens 05 e 06** que versam sobre a área de Tecnologia da Informação, o Instituto necessita do auxílio da Prefeitura para o cumprimento da Política de Segurança da Informação e controle de Base de Dados. Desta forma, recomenda-se que sejam envidados esforços para a concretização destes requisitos.

Ademais, no que tange as ações de Controles Internos, o Instituto atende a três das seis ações elencadas.

2 - No quesito Governança Corporativa o Instituto contempla 12 das 16 ações, ou seja, 75%. Porém, se faz necessário que seja elaborado o Relatório de Governança de 2020 e o Plano de Ações de 2021, para atendimento dos **itens 07 e 08** do check-list acima.

Já para atendimento dos **itens 10 e 11**, se faz necessário a criação do Código de Ética e de ações voltadas a saúde e segurança do servidor.

3 – Para o quesito Educação Previdenciária, o Instituto não contempla nenhuma das duas ações. Então, é necessário que sejam adotados procedimentos para adoção de medidas para o cumprimento das referidas ações dos **itens 23 e 24** do check-list supracitado.

CONCLUSÃO

Esta Unidade de Controle Interno realizou as análises das informações prestadas visando verificar as conformidades com as legislações da Secretaria de Previdência - SPREV e das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público.

Como parte do trabalho foi utilizada a técnica de amostragem em alguns processos administrativos para confrontar as informações prestadas nos relatórios das áreas analisadas.

Diante do exposto, os procedimentos administrativos foram operacionalizados em conformidade com bons padrões de ética, segurança e economicidade. As análises foram feitas com base nos relatórios das áreas apresentadas, bem como suas demonstrações contábeis e financeiras refletem adequadamente as operações.

Por fim, tendo em vista as recomendações supracitadas, informamos que serão pontos de avaliações para o próximo Relatório do 2º Trimestre de 2021.

Angra dos Reis/RJ, 15 de Abril de 2021.



Edenílze A F Dias

Diretora de Controle Interno